

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.

E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 82ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

1 Às nove horas e dezessete minutos, do dia vinte e oito de agosto de dois mil e vinte e cinco,
2 reuniram-se no “Grupo da Fraternidade Irmão Altino” sito à Rua Cabral, nº 381 – Campo do Cruzeiro,
3 os membros deste conselho com a presença de vinte e três membros, sendo dezesseis titulares e sete
4 suplentes. Com a palavra a presidente Maria Cecília desejou bom dia, agradeceu a presença de todos,
5 solicitou a composição da mesa diretora e deu início à reunião lembrando aos conselheiros de
6 assinarem a lista de presença. Deixou que conforme consta no regimento interno do conselho,
7 colocou aos conselheiros a votação para autorizar a fala do prefeito, dentro da nossa extraordinária.
8 Pediu aos conselheiros que estivessem de acordo para que mantenham-se como estão e foi aprovado
9 por unanimidade. Expôs ao pleno sobre o pedido da mídia para gravar a reunião e nenhum conselheiro
10 se manifestou contra. Aproveitou para desejar boas vindas ao prefeito Júnior Filippo e passou o
11 direito de fala para o mesmo. Com a palavra a secretária de saúde Nádia Meirelles agradeceu ao
12 conselho por compreender a importância da explanação do prefeito e ressaltou que o conselho está
13 apreensivo com esse tema UPA e Santa Casa, justificando que embora tenha explicado apresentado e
14 relatado. Com a palavra o prefeito municipal de Guaratinguetá Júnior Filippo desejou bom dia a
15 todos e deixou que é uma satisfação poder vir ao Conselho Municipal de Saúde, tendo essa
16 oportunidade, nesse momento, de falar especificamente na questão da UPA, esse tema que tem sido
17 bastante acalorado e é natural essa preocupação por parte da população, garantindo que também
18 uma grande preocupação sua, enquanto prefeito de Guaratinguetá. Primeiramente, saudou
19 a conselheira Fernanda Muriano por estar sempre abrindo a sua casa para que possa realizar as reuniões
20 do COMUS. Agradeceu a presidente e todos os membros e saudou o vereador Nei Carteiro. Colocou
21 que é importante dizer que acabamos de sair de um pleito eleitoral, eleição em outubro do ano
22 passado, onde tiveram os diversos candidatos, cada qual com as suas proposituras, cada um
23 levantando aquilo que acredita que deve ser prioridade, cada um defendendo da forma com que iria
24 realizar o seu plano de governo e a população, então, ela teve a oportunidade de fazer a escolha
25 daquele que a maioria da população entendia ser a melhor opção, acrescentando que se sente muito
26 honrado de poder ter sido escolhido novamente pela maioria da população, para poder novamente
27 conduzir os destinos da nossa cidade. Expressou que acha que esse é o início da conversa, para deixar
28 de forma muito clara que quem decide e quem direciona toda a política pública é o processo eleitoral.
29 Ressaltou que pela campanha vários problemas foram elencados, porém o maior problema se
30 encontrava na saúde e vocês que são do conselho, mais do que ninguém sabe, esse grande apelo da
31 população da necessidade de melhorar a qualidade da saúde, sendo que dentro daquele apelo
32 enxergava de forma muito clara a questão da tensão primária explicando que a saúde é basicamente
33 dividida em quatro níveis: atenção primária, secundária, terciária e a quaternária. Explanou que a
34 atenção primária é aquela, como diz o nome, primeiro atendimento que acontece nas UBS, nos
35 postinhos e que efetivamente ficou estacionada ao longo de muitos anos e contou que quando foi
36 prefeito de 2005 a 2012, teve a oportunidade de dobrar o número da saúde primária, onde os números
37 efetivamente cresceram em seu governo e depois, ficou estacionado. Deixou que a atenção primária
38 hoje atende em torno de quarenta e dois por cento e comparou com as cidades vizinhas que atendem
39 cem por cento. Complementou que fazia essa defesa durante a campanha de que a prioridade seria
40 investir na atenção primária e que por ser a saúde considerada a secretaria com mais reclamações
41 resolvia de uma forma simplista aumentando o volume de dinheiro aplicado do orçamento na saúde e
42 ao analisar o gráfico de orçamento da prefeitura verificou que a saúde consome trinta e dois por cento

ATA DA 82ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

de todo orçamento municipal, tornando impossível aumentar mais sendo que a obrigação constitucional é de quinze por cento. Argumentou que não cabe mais esse aumento devido ao fato de que se somar as despesas da secretaria de saúde e educação consomem mais de sessenta por cento do orçamento municipal e existem também as necessidades e demandas das outras secretarias. Revelou que não há de se falar que a solução da saúde de Guaratinguetá passa por ampliar a fatia do orçamento na saúde, pois faz necessário mergulhar nos custos para entender e tentar tornar-se mais eficiente na aplicação desses recursos e então mergulha, num primeiro momento, nos números e temos a seguinte informação de forma macro que o município aplica todos os meses, dezesseis milhões de reais na saúde e cento e noventa milhões ao ano e desses dezesseis milhões, estamos aplicando em três contratos com a nossa grande parceira, que é a Santa Casa, onze milhões, deixando apenas cinco milhões para todas as outras áreas da saúde e citou como exemplo os postinhos, nas UBS, na AME, na odontologia, no centro de controle de zoonoses, na vigilância sanitária e vigilância epidemiológica. Explicou que todas essas juntas levam cinco milhões por mês sendo que sessenta e sete por cento do orçamento está indo para três contratos que diz respeito àquela saúde corretiva, urgência e emergência e apenas quatro e meio por cento está indo para atenção primária, garantindo que essa lógica precisa mudar e que essa lógica não está certa e que acredita que a saúde preventiva é o caminho para melhorar e evitar com que as pessoas fiquem acamadas, adoentadas, destacando que tem que melhorar isso. Complementou que ao mergulhar mais a fundo nos custos, se deparou com custos, os três contratos vigentes com a Santa Casa e que algo que destacava num primeiro momento era o valor da UPA e ressaltou que não está afirmando que a UPA não presta um serviço de excelência, deixando que a opinião pública reconheça isso, mas faz necessário saber e analisar os custos envolvidos. Argumentou que cinco milhões e trezentos é o que custa para ter uma unidade de pronto atendimento nível três, sendo que cidades da nossa região como São José dos Campos e Jacareí que também possuem uma unidade de pronto atendimento nível três com o custeio em média de três milhões, destacando que a UPA de Guaratinguetá está custando quase o dobro sendo necessário estudar esse contrato para readequar. Contou que em um primeiro momento, fez esse pronunciamento na Câmara Municipal, em março deste ano, e é evidente que teve aí toda uma repercussão e essa repercussão acabou intermediando uma conversa com o provedor da Santa Casa, no sentido de encontrar os melhores caminhos e nessa conversa ficou acertado que iríamos ter uma redução desse valor da UPA de dois milhões e questionado onde seriam cortados os recursos. Isso era uma decisão que seria tomada entre a equipe técnica da Secretaria com a equipe técnica da Santa Casa e essas reuniões aconteceram chegando em alguns pontos onde seriam feitos esses cortes, esses ajustes e, portanto, estava caminhando para que as coisas pudessem se adequar à realidade de uma UPA nível três. Relatou que quando, então, foi informado pela Santa Casa de que não seria mais possível fazer aqueles cortes e que para fazer a renovação desse contrato haveria necessidade de aumentar em mais vinte por cento esse contrato e a partir desse momento, então, suspende as conversas, justificando que a coisa vinha evoluindo de uma forma e de uma hora para outra interrompe-se isso e tem que aumentar em vinte por cento. Definiu que a partir daquele momento, então, determinou a secretária de saúde e toda a sua equipe para que pudesse fazer o estudo no sentido de desenvolver um novo processo de contratação da gestão da UPA, visto que o contrato se finda no mês de setembro, dia trinta de setembro. Deixou que uma movimentação muito grande começava na sociedade e que entende essa preocupação. Contou que quando começaram a estudar esse processo de contratação chegou uma requisição de

ATA DA 82ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

85 tribunal de contas do estado pedindo que fosse encaminhado todo o processo de contratação que foi
86 feito em dois mil e vinte e dois e ao estudar toda documentação desse contrato, depararam com
87 problemas bastante delicados gerando uma insegurança jurídica muito grande para eventual
88 renovação, sendo que isso é de total responsabilidade da administração pública, isentando a
89 instituição Santa Casa, ressaltando que isso tem a ver com o processo administrativo interno da
90 administração e são pontos muito graves, que inclusive já teve a oportunidade de fazer uma coletiva e
91 dar ciência a essas irregularidades de tal sorte que a insegurança jurídica passou a ser um problema
92 muito maior do que efetivamente a questão do valor da UPA. Mencionou que estava diante de dois
93 grandes problemas a insegurança jurídica e a questão dos valores envolvidos e expos que a partir
94 desse momento, deu publicidade, mas antes teve o cuidado de ter uma reunião com a mesa diretora da
95 Santa Casa onde informou a decisão tomada. Garantiu que a decisão está tomada, não vai haver a
96 renovação desse contrato de gestão da UPA, não significando que eventualmente não possa ser a
97 Santa Casa a gestora, porém vai ter que participar do processo que, aliás, hoje é o dia em que as
98 propostas serão enviadas para a Prefeitura de Guaratinguetá e aquela melhor proposta será, então, a
99 eventual vencedora para fazer a gestão da UPA de Guaratinguetá a partir do dia primeiro de outubro.
100 Dialogou que esses foram os fatos que motivaram a ação do governo de não renovar o contrato atual
101 por problemas de insegurança jurídica que entendeu estar escancarados. Destacou que nesse momento
102 muito se fala e muitas vezes se fala sem conhecimento do que está falando numa movimentação
103 estranha, parecendo até uma movimentação política num momento completamente fora de contexto
104 sendo que a eleição passou, a próxima eleição é só em dois mil e vinte e oito, está longe desse tipo de
105 movimentação de tentar jogar a opinião pública contra a administração muitas vezes usando a
106 desinformação para isso. Citou que algumas pessoas às vezes estão preocupadas achando que vai
107 acabar com a UPA, garantindo que não vai acabar com a UPA, pois a UPA é da Prefeitura, o prédio é
108 da Prefeitura, todas as instalações, os equipamentos são da Prefeitura e deixou que está falando
109 apenas da mudança de gestão dessa unidade e voltou a dizer, que poderá ser inclusive a Santa Casa e
110 torce para que a Santa Casa traga uma proposta que seja viável e que seja vencedora. Portanto,
111 garantiu que vai continuar a UPA ressaltando a sua preocupação e a da secretária de saúde, mas
112 efetivamente não dá para renovar esse contrato e que estão partindo para um contrato que traga a
113 segurança jurídica e que traga valores compatíveis com efetivamente o serviço que uma UPA nível
114 três deve fazer e precisa fazer. Novamente garantiu que o serviço é de excelência e muito bem
115 prestado sendo que a Santa Casa é a grande parceira do município e vai continuar sendo a grande
116 parceira do município por ser uma entidade filantrópica ela precisa atender o SUS para não perder a
117 sua filantropia, precisa ter um faturamento mínimo do SUS de pelo menos sessenta por cento, porque
118 senão perde a filantropia assegurando que ninguém quer algo diferente disso. Argumentou que a Santa
119 Casa tem mais de cento e cinquenta anos e a gestão da UPA faz três, então não é uma unidade dessa
120 que vai fazer a diferença na vida dessa instituição, que o mesmo tem um apreço muito grande e que
121 torce para que ela ganhe nessa proposta que vai ser encaminhada para a secretaria, que a data final é
122 hoje. Disse que dentro dessas irregularidades, dessas questões de insegurança, gostaria de elencar
123 alguns pontos sendo que a primeira grande falha é a ausência de autuação e instrução regular do
124 processo, explicando que existe o processo em que você vai trabalhando e tem todo ali um volume de
125 anexos que justifica o processo de contratação, esse processo tem vinte e um arquivos, vinte e um
126 documentos, que não tem nexos um com o outro, que não tem nem numeração nas páginas, um

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE
Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.
E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 82ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

127 formalismo completamente fora do padrão. Contou que o documento chamado termo de referência
128 técnica, que serve de base para a proposta de trabalho sequer tem assinatura de um responsável
129 técnico. Questionou como é que você tem um termo de referência que diz o que você quer do serviço,
130 o que vai ser exigido, o plano de trabalho que a empresa vai propor, sem sequer ter um técnico
131 assinado, uma responsabilidade disso, tornando um documento apócrifo, expressando não ter
132 cabimento e está nos autos do processo e não é uma invenção do prefeito. Elucidou que faz necessária
133 a pesquisa mercadológica, pesquisa de preço, pois quando contratar, antes precisa fazer uma pesquisa
134 de campo o quanto é que custa no mercado, para quando abrir a licitação, ter uma referência do valor
135 e não pagar muito mais alto que o mercado cobra e deixou que nessa pesquisa mercadológica,
136 existem três propostas e contratou-se a de valor mais alto sendo contra a orientação do processo de
137 compras, do processo licitatório. mencionou sobre a inexistência de reserva orçamentária sendo que
138 toda vez que a administração for comprar alguma coisa, tem que ter previsão, se não tem a reserva
139 orçamentária, não pode sequer abrir o processo licitatório. Destacou que isso foi alertado no processo,
140 o jurídico da prefeitura tem um parecer, dizendo, olha, não pode abrir o processo porque não tem a
141 dotação orçamentária e deram continuidade mesmo assim. Colocou que a dotação orçamentária só
142 veio depois do contrato assinado e com a mensagem enviada para a Câmara, e a Câmara então
143 suplementou o orçamento para dar dotação orçamentária àquele contrato e afirmou estar errado, sendo
144 que não pode, é contrária frontalmente à legislação. Complementou sobre a ausência de comprovação
145 documental dos requisitos de habilitação jurídica, fiscal, econômica, financeira e técnica explicando
146 que todo o processo de contratação, primeiro você precisa saber se a empresa tem os documentos para
147 fazer parte da licitação e afirmou que não está dizendo que a Santa casa não tenha, está afirmando que
148 não consta juntamente do processo, omitindo quanto à comunicação junto ao Tribunal de Contas,
149 esclarecendo que, quando você celebra um contrato acima de um determinado valor, a Prefeitura é
150 obrigada a encaminhar para o Tribunal de Contas, para que o possa auditar, para que ele possa checar
151 se a licitação está legal e a documentação está em dia, a execução do contrato está sendo feita de
152 acordo com aquilo que foi contratado, a Prefeitura simplesmente não enviou para o Tribunal de
153 Contas expressando que isso é uma loucura. Contou que a prefeitura teve a ciência desses ocorridos
154 pelo fato do Tribunal de Contas oficial solicitando, por haver uma denúncia em dois mil e vinte e três
155 de um contrato de segurança da Santa Casa, onde o Ministério Público entendeu a necessidade de
156 estudar um pouco mais e determinou a abertura de um inquérito policial onde o delegado pediu ao juiz
157 que oficiasse o Tribunal de Contas para que fosse informado como é que esta a avaliação desse
158 contrato e foi onde o Tribunal informou ao juiz dizendo que não tinha nada registrado desse contrato
159 e notificou a prefeitura para que fosse encaminhada toda documentação, pois fariam um apartado,
160 ressaltando que está diante de um problema sério, pelo fato do contrato ser gerado no ano de dois mil
161 e vinte e dois. Explicitou que o Tribunal de Contas teve que abrir um processo especial para conseguir
162 abrir o sistema em dois mil e vinte e dois para que a gente ingressasse com toda essa documentação.
163 Questionou que, mediante todo esse cenário de insegurança jurídica, vocês querem que o prefeito
164 venha e faça a renovação, assine isso? Imediatamente se desculpou, e garantiu que não fará isso, tendo
165 a repercussão que tiver, tenha o barulho que tiver, explicando que não fará porque daqui a três anos
166 não será mais prefeito afirmando que tem que ter responsabilidade pelo que está fazendo, pois as
167 cobranças são muito grandes. Concluiu que diante dessas questões a insegurança jurídica cresceu
168 demais de tal sorte que a decisão foi tomada e está tomada, não vai haver a renovação desse contrato.

ATA DA 82ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

169 Grite quem quiser gritar, faça o barulho que quiser fazer, nós não vamos renovar esse contrato. Aliás,
170 hoje estamos finalizando o recebimento das propostas e nos próximos dias vai estar concluído quem
171 será a nova gestora da UPA que inclusive poderá ser a própria Santa Casa, mas dentro de um processo
172 que tenha segurança jurídica para ser feito. Agregou que, fora isso, qualquer comentário que possa
173 estar fazendo aí fora, tem conotação que não é a conotação que deveria ter hoje, coisas do tipo, vai vir
174 empresa do A, do B, do C, que é compromisso disso ou daquilo, garantindo que não existe
175 absolutamente nada a não ser o compromisso de melhorar a saúde da cidade e reafirmou junto ao
176 conselho a plena confiança que deposita em sua secretária de saúde pelo fato de ser apaixonada pelo
177 funcionalismo público e que doou sua vida toda nessa função, é uma grande secretária e continuará
178 fazendo seu trabalho em excelência. Acrescentou que nesse momento recebe críticas, deixando ser
179 normal e que existem momentos de governo que se perde a popularidade, mas que pode ser
180 reconstruída, deixando que não pode perder é a credibilidade, expressando que quem conhece sabe o
181 quanto é responsável e que não é inconsequente, citando que a diferença entre o administrado e o
182 administrador é que muitas vezes o povo só consegue enxergar o próprio umbigo e não consegue
183 enxergar um pouco mais a frente, concluindo que o prefeito tem a obrigação e o dever de enxergar na
184 frente e que muitas vezes críticas infundadas se transforma em razão. Expressou seu respeito ao
185 Conselho Municipal de Saúde tendo como prova sua presença hoje, citando os princípios do SUS,
186 afirmando que o conselho é a ponte da sociedade. Destacou que algumas falas são distorcidas e
187 lembrou que quem faz a gestão da saúde é a prefeitura e quem comanda a prefeitura é o prefeito,
188 alegando ser uma realidade a qual não abre mão, pois foi ele quem foi de porta em porta pedir voto e
189 ouvir os anseios da população e ele quem responde pelos acertos e erros, ao Tribunal de Contas e ao
190 Ministério Público, portanto quem comanda é ele e que não venha outra entidade ditar regras, pois
191 queira daqui há três anos terá novamente um processo eleitoral. Complementou que está aberto para
192 críticas, sugestões por ser uma pessoa extremamente democrática e sabe ouvir as pessoas e que pegou
193 o município em uma situação muito delicada, comparando com um campo minado aonde a cada
194 momento uma bomba nova vai surgindo, dizendo que o município tem grandes desafios e grandes
195 problemas e que irá enfrentar. Deixou que é uma satisfação imensa participar da reunião do conselho
196 para informar o que de fato vem acontecendo nessa questão da contratação da gestão da UPA e abriu
197 para eventuais questionamentos afirmando que o conselho tem que andar junto com a gestão visto que
198 possuem o mesmo objetivo, melhorar a saúde pública do município e aproveitou para destacar a
199 importância e o valor do SUS. Com a palavra a conselheira Dilene Martins se apresentou e perguntou
200 ao prefeito diante de toda sua explanação nessa plenária, diante da sua fala na abertura da conferência
201 de saúde o que o senhor prefeito compreende em relação a democracia participativa. Com a palavra o
202 prefeito Júnior Filippa respondeu que a democracia participativa maior é a eleição onde o povo teve a
203 oportunidade de escolher quem vai dirigir os destinos do município e ao mesmo tempo as
204 conferências é uma forma de trazer reivindicações onde muitos de seus apontamentos são trazidos
205 para a secretaria e acabam virando objeto de ações no município, fóruns como este do conselho
206 municipal, também é oportunidade e explicou que quando passa pelo processo eleitoral é dado o norte
207 e a partir do momento que você ganha a eleição e a população diz qual outra direção quer que seja
208 tomada, esse percursos tem que ser feitos ajustes e a participação popular entra aí para poder ajudar
209 nesse destino. Exemplificou que quando trás em pauta o melhor da atenção primária o conselho entra
210 com as sugestões para essa melhora, juntamente com as conferências e explicou que é assim que

ATA DA 82ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

211 enxerga, pois, às vezes algumas pessoas pensam que essas participações populares são elas que
212 estarão no comando das políticas públicas da cidade em algum determinado momento, questionando
213 pra quê servem as eleições e citando que se fosse assim era para fazer o seguinte: o Conselho
214 Municipal de Saúde vai fazer a gestão da secretaria, toca o barco, vamos embora, porém, todas as
215 responsabilizações também vêm para cada um dos senhores membros, que vão responder no Tribunal
216 de Contas, no Ministério Público, porque senão assim fica muito simples. Contou que temos mais de
217 vinte e três conselhos na cidade e colocou que se cada um desses conselhos resolvesse acabar com a
218 eleição e agora cada um vai dizer para que cada área vai conduzir, o prefeito é um bobo da corte,
219 expressando não estar de acordo com isso. Concluiu que entende por maior participação popular
220 eleição, ponto, acabou e não tem conversa, se não ganhou a eleição, não importa, vai ter que sujeitar
221 a regra daquele que ganhou a eleição, a política está traçada, acrescentando que existe a possibilidade
222 de dar sua contribuição para poder melhorar um pouco sendo que é para isso que servem as
223 conferências e é para isso que servem os conselhos. Garantiu que estão abertos, sendo que várias
224 sugestões do Conselho são bem-vindas e são objetos de ação, assim como das conferências, muitas
225 são as ações feitas atendendo a participação popular e deixou que é importante dizer de forma muito
226 clara, a diversidade de problemas que tem é tão grande, maior ainda são as propostas de solução
227 afirmando que todo mundo tem solução para todos os problemas, mas muitas vezes as pessoas não
228 têm o conhecimento do todo, do global e as vezes aquilo que, aqui no Conselho, acha que é o melhor
229 caminho, se você for ver o contexto geral do município, percebe que não é possível, não é viável, não
230 dá e na maioria das vezes aquilo que quer fazer, não consegue fazer pelas limitações de um todo, que
231 é bastante complexo, concluindo que acha que deu para entender o que se compreende de
232 participação popular. Com a palavra o conselheiro Marcus Vinícius cumprimentou a todos e se
233 apresentou, afirmando ser médico ginecologista representante do CRM, dentro do COMUS e deixou
234 sua opinião em que alguns pontos que o prefeito declarou, acha que é extremamente importante
235 colocar para os conselheiros, que é o ponto principal, chama-se informação. Contando que a
236 secretária Nádia Meirelles deu uma explanação em plenária ontem, na reunião ordinária deste
237 conselho, em relação ao que foi colocado financeiramente e o que precisava fazer em relação a UPA.
238 Argumentou que o ponto inicial de corte de gastos, de ter essa necessidade por causa do orçamento da
239 prefeitura, tem claro e tranquilamente dentro do Conselho, mas expressou que na verdade, dentro do
240 Conselho, precisa das informações e não pegarmos essas informações pela internet. Colocou que os
241 conselheiros ficam sabendo por notícias, ficam sabendo por informações de terceiros, “olha, você está
242 sabendo que aconteceu isso, o prefeito vai fazer aquilo, a secretaria vai mudar isso”. Expos que teve
243 uma conversa dentro da reunião ontem, algumas situações realmente a secretaria não precisa trazer ao
244 Conselho, ela tem toda a liberdade e individualidade de ter as condutas frente àquelas situações,
245 porém a informação ao Conselho, o que está sendo pretendido, o que está sendo feito, o que pode ser
246 melhorado, deixou sua opinião que isso é importante. Relatou que fez um pedido a secretária Nádia e
247 ela vai trazer o termo de referência da parte da UPA, que foi encaminhada às empresas que vão fazer
248 o processo da licitação em relação à gestão da UPA, mas o conselho não teve acesso a esse
249 detalhamento. Questionou se vai aumentar o número de profissionais ou vai cortar profissionais,
250 relatando o medo que todo mundo tem em relação ao RH, em relação à parte da UPA e a relação entre
251 a Prefeitura e a Santa Casa, que o prefeito deixou bem explícito, que não tem nenhum problema
252 pessoal entre as instituições, questionando se não tem outro local de referência mais em

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.

E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 82ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Guaratinguetá, pelo fato de que o Hospital Frei Galvão agora é porta fechada. Garantiu que a Santa Casa é o nosso hospital, é o hospital que vai dar assistência à população e se cria uma situação de incompatibilidade entre as instituições, causa um problema muito complicado. Contou que passou por algumas transições, inclusive de hospitais estaduais, que viraram municipais e que foi solicitada novamente a estadualização do hospital, por problemas de gestão, de financeiro, administrativo. Expressou que existe certo medo sobre o que pode acontecer, e por mais que seja um medo natural, da pessoa humana, justificou que até por não ser técnico em saúde pública, em não ser sanitarista, fica na cabeça da população em geral, fica pensando o que pode acontecer, vai melhorar, vai piorar, o que vai fazer. Portanto, deixou sua opinião que acha que um ponto interessante e principal que tem que ter é essa parte da informação, pois tira o nosso medo, a nossa ansiedade do que vai acontecer saber, por exemplo, na minha área, já chegou aos meus ouvidos, a nossa famosa rádio peão, o que será que vai acontecer com a maternidade, sendo que a UPA, teoricamente, não tem uma previsão para obstetra dentro da emergência, se vai ser aberta uma porta na Santa Casa, a Santa Casa vai ser a responsável, vai ter um obstetra dentro da UPA. Relatou que essa parte da declaração, “olha COMUS, fique tranquilo, nós já vimos isso, isso vai ser assim e assado, não se preocupem, porque é o momento que já chegar com a notícia de tal empresa vai ser responsável pela UPA”, contando que não teve nenhum acesso ao que pode ser feito de mudanças lá dentro, até por essa empresa nova. Argumentou que se for a Santa Casa, ela já tem uma linha de raciocínio, no Norte, que ela já está lá dentro, fica mais fácil, porém em uma nova empresa, adaptação dessa empresa, vai pegar os funcionários, vai absorver, houveram comentários sobre essa absorção de uma nova empresa, é muito comum quando a empresa assume o processo da outra que absorvendo os funcionários, mas pode ter mudança de salário, pode ter várias coisas que expondo a população em geral, fica mais fácil para ela se acalmar em relação a qualquer mudança. Deixou que mudança é complicada em todos os sentidos, todo mundo fica com essa ansiedade, expondo sua opinião que para o conselho seria interessante isso, trazer ao conselho. “vamos fazer isso, na descrição assim, fique tranquilo, nós temos experiência, estamos há quarenta anos na pista, eu consigo, sei o que estou fazendo, mas vou fazer isso, isso, isso”. Completou que se exposto o COMUS fica com uma maior tranquilidade e não com essa ansiedade, onde todo mundo fica conversando e passando essas notícias, às vezes notícias que não são verdadeiras, criando um clima ruim até entre instituições que são de extrema importância para o caminho nos próximos anos. Com a palavra o prefeito Júnior Felippo agradeceu os questionamentos e deixou que todo o processo de licitação, basicamente, tem duas etapas, uma etapa que chama de fase interna e a outra etapa que é a fase externa e explicou que a fase interna, o nome já diz, é internamente da administração, cabe à administração fazer todos os passos internamente, inclusive na elaboração do estudo técnico preliminar, do termo de referência, isso é coisa interna da administração e, portanto, não é o momento de se dar publicidade disso, até porque, tecnicamente, que é feito e depois tem a segunda etapa, que é a etapa que é externa, onde é o momento de estarmos encaminhando, não somente para as empresas, mas também, de repente, de algumas entidades que tenham interesse, que é o caso específico aqui. Destacou que agora, mais do que nunca, é tranquilamente viável estar encaminhando esse termo de referência e também, ter esse momento de estar em secretaria e conselho, eventualmente, discutindo algumas preocupações, que é absolutamente normal essa preocupação, principalmente, nesse ambiente criado, que foi feito, principalmente, por parte da mídia, fez-se todo um barulho imenso em torno disso e muitas vezes, com desinformação, que acaba gerando mais problemas. Explicou que

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.

E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 82ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

295 quanto a essa questão da retaguarda faz necessário entender como funciona, sendo que o fato de que,
296 fisicamente, a UPA está colada da Santa Casa, passa-se a impressão que a Santa Casa é a única e
297 exclusiva referência da UPA e não é verdade isso. Explicou que a Unidade de Pronto Atendimento,
298 que é a nossa UPA, ela tem condição de receber a pessoa, estabilizar a pessoa e, aí, se for o caso de
299 uma internação, de um procedimento cirúrgico, aí, sim, encaminhar para aquilo que é a referência que
300 pode ser a Santa Casa, que tem sido uma grande parte a Santa Casa, mas pode ser outros hospitais
301 inclusive, o Frei Galvão, o Hospital Regional de Taubaté, São José dos Campos, Caraguatatuba e
302 futuramente Cruzeiro e quem vai dar a destinação disso é o sistema de regulação do SUS, o CROSS,
303 portanto, é importante que as pessoas entendam visto que o fato de fisicamente, estar um do lado da
304 outra e ainda ter uma passarela interligando, gera um monte de confusão na cabeça das pessoas que,
305 eventualmente, não têm informação, achando inclusive, que a UPA é da Santa Casa e não é, aquela
306 passarela foi para facilitar o acesso, mas não significa que todos aqueles que estão lá estabilizados na
307 UPA, precisando de uma internação, obrigatoriamente ele vai para a Santa Casa, vai para onde o
308 sistema de regulação definir e acrescentou que essa informação é importante que as pessoas tenham e
309 voltou a dizer, que não acredita que a Santa Casa não vá querer prestar esse serviço, garantindo que a
310 Santa Casa precisa prestar serviço, visto que, mais de noventa por cento do faturamento da Santa Casa
311 vem do SUS, evidente que ela vai prestar, ressaltando que a Santa Casa é mais uma grande prestadora
312 de serviço do SUS. Argumentou que o SUS em Guaratinguetá é a Secretaria de Saúde e essas
313 desinformações que jogam no ar, é muito ruim, é lamentável, do tipo, “o que vai fazer com o paciente
314 se precisar operar, pergunta para o prefeito e para a secretária”, questionando para que isso
315 desserviço. Alegou que vai para o sistema de regulação e que se for destacado a Santa Casa, vai
316 recebendo a Santa Casa ou a Santa Casa não vai querer receber, será que a Santa Casa não vai querer
317 prestar serviço para o SUS, respondendo que evidentemente que vai, pelo fato de a vida inteira ter
318 prestado e garantiu que o relacionamento pessoal da gestão com a Santa Casa é muito bom, o
319 relacionamento dele com o Rômulo, com o provedor, é muito bom, juntamente com a mesa diretora e
320 colocou que só estão questionando e discutindo essa questão desse contrato e voltou a dizer, todas as
321 inseguranças jurídicas, nada tem a ver com a responsabilidade da Santa Casa, que foi a contratada,
322 porém o processo de contratação está um caos. Destacou que não tem dúvida que vai continuar e quer
323 até fomentar mais parcerias e reconheceu o trabalho maravilhoso que a Santa Casa está fazendo,
324 expondo quantos avanços que estão conseguindo, quantos recursos estão correndo atrás em Brasília
325 para ir buscar emendas de parlamentares, portanto é evidente que queremos ter essa melhora. Colocou
326 que essas desinformações, nesse momento, prejudicam muito a discussão, porque as pessoas ficam
327 imaginando que vai acabar a UPA, dizendo ser deplorável um negócio desse e deixou que tem gente
328 achando que se precisar de alguma cirurgia, pronto, não vai mais entrar, não vai mais conseguir na
329 Santa Casa. Com a palavra a conselheira Dilene Martins acrescentou referente ao questionamento da
330 democracia participativa, explicando que ela é um regime político que complementa a representativa,
331 que elegeu o senhor e colocou que, nós, Conselho Municipal, não somos entidade, nós somos órgão,
332 enfatizando que esse termo de referência, o conselho deveria ter conhecimento dele antes dele estar
333 sendo apresentado para empresas, pelo fato na realidade, o contrato que vem em cima dele, é o
334 COMUS que vai deliberá-lo e questionou como que vai deliberar, baseado em que se dará essa
335 avaliação e registrou que a seu ver houve aí uma falha. Com a palavra a secretária Nádia Meirelles
336 fez alguns questionamentos entre eles: “O COMUS fiscaliza todos os nossos contratos, certo? Ou

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.

E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 82ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

337 não? É só o da Santa Casa? Todos os nossos contratos? O COMUS fiscaliza? Ou não? É para ser ou
338 não? Fiscaliza ou não fiscaliza? Vocês não têm uma comissão de prestação de contas? Não tem isso?
339 Concorda? Quantos termos de referência a Secretaria de Saúde faz por mês, aproximadamente? Um
340 vinte termos de referência”. Justificando que é técnico. Com a palavra a presidente Maria Cecília
341 respondeu que seria sobre os contratos e convênios com o s prestadores levando ao que se considere
342 como primordial da gestão municipal que é a atenção básica e a urgência e emergência e não se refere
343 a termos de referência para licitação de materiais e acrescentou essa necessidade de análise,
344 apreciação e deliberação da parte do conselho por entender que é algo que está sendo amplamente
345 discutido, o contrato da UPA. Com a palavra a secretária Nádia Meirelles deu continuidade
346 informando que tudo que é para tornar público, para gerar uma contratação, não pode ser exposta para
347 ninguém, pelo fato de não poder tornar público, antes da negociação com os pares interessados.
348 ninguém pode ter acesso, explicando que nenhum funcionário pode pegar o termo de referência e
349 levar para casa, nenhum funcionário pode pegar o termo de referência e mostrar para alguém,
350 deixando que o conselho, se ele for analisar os termos de referência, eles têm que ter um prazo, se
351 fosse legal, ele teria um prazo exíguo e complementou que para fazer o termo de referência, precisa
352 de médico, enfermeiro, às vezes de veterinário, às vezes do farmacêutico, e questionou como que vai
353 mandar para o conselho, afirmando que o conselho não tem essa habilidade técnica, nem tem essa
354 responsabilidade, afirmando que tem a responsabilidade de fiscalizar o contrato que fez isso ele tem,
355 mas a responsabilidade de parecer técnico, não tem, por ser técnico, é um termo de referência baseado
356 no estudo técnico preliminar. Questionou quem faz estudo técnico, se é o conselho e disse que vai
357 mandar o estudo técnico, porque a primeira coisa é o estudo técnico e que vai mandar para o conselho
358 avaliar, para o conselho dizer se aquele estudo técnico está correto ou não, deixando sua opinião de
359 que acha que nós estamos misturando as estações e que concordo com os conselheiros, que sente a
360 necessidade de uma capacitação aqui, por não ser papel de o conselho fazer estudo técnico preliminar
361 e fazer termo de referência, sendo que o papel do conselho é fiscalizar o nosso contrato. Colocou que
362 ontem em reunião, houve uma conversa onde comentaram que os conselheiros acompanharam todo
363 esse processo de contratação da Santa Casa, então, acompanharam e viram o contrato e viram o
364 processo de contratação, onde estamos tornando público o nosso processo de contratação,
365 complementando que o prefeito já foi para a Câmara, o prefeito já foi para a mesa provedora, tiveram
366 reunião na prefeitura e a mesma falou sobre e foi para a mídia dando plena divulgação de todo esse
367 processo. Destacou que o prefeito veio aqui para falar claramente, que é o respeito e o dever de
368 mostrarmos aos conselhos e deixou que não sabe quantas vezes os demais prefeitos vieram a reunião
369 do COMUS e não pode afirmar por não estar aqui antes, justificando que o prefeito está aqui expondo
370 tudo. Deixou que a questão do cumprimento, somos obrigados a respeitar a 2048 e orientou aos
371 conselheiros a entrarem na internet e verem o que tem para uma UPA nível três, a 2048 e as suas
372 modificações, sendo que é isso que os conselheiros tem que ter, acesso à legislação, pesquisar o que
373 tem minimamente em uma UPA tipo três e é exatamente isso que a prefeitura vai fazer. Dando
374 continuidade se referiu ao conselheiro Dr. Marcus Vinícius que de uma forma mais recente tem
375 participado do COMUS expressando sua felicidade, contando que foi um grande parceiro da gestão,
376 médico ginecologista participou do Comitê de Mortalidade Materna e Infantil e da organização do
377 programa de gestação de risco e agradeceu o retorno e participação. Aproveitou para responder que
378 em relação ao que vai acontecer o Nicolas que é representante da Santa Casa sabe que no dia sete de

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE
Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.
E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 82ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

379 agosto, pouco antes, garantindo que tem a ata, deixou que tiveram reunião com a Santa Casa, par
380 discutir exatamente o convênio hospitalar, que é o que o prefeito falou, uma coisa é ele
381 administrarem a UPA, sendo que isso não tem uma relação com o contrato, convênio que a gestã
382 tem com a Santa Casa, informando que tiveram uma reunião com o André Monteiro, onde apontou
383 que gostaria de modificações, deixando que a data exata da reunião foi dia vinte e cinco de julho
384 depois, encaminhou para Santa Casa as proposta, e pediram o seguinte, não fecharam valores
385 deixaram para a Santa Casa dizer o que ela entendia que era possível melhorar nos valores pelo
386 de estar pagando um valor muito alto de parto, em torno de doze mil reais, afirmando ser um valo
387 muito expressivo para o SUS, considerando a tabela SUS, pode ver que esse valor de parto é muito
388 acima dizendo que a prefeitura não aguenta, onde foi feito uma apresentação e mandaram para Santa
389 Casa e ela retorna, alegando que não teve a oportunidade de conversar com a mesa provedora e
390 argumentou que como poderá colocar para o COMUS se não tem a devolutiva dessa proposta. Com a
391 palavra a presidente Maria Cecília questionou se então ficará certo que não haverá realização de parto,
392 sendo que está havendo a negociação. Com a palavra a secretária Nádia Meirelles respondeu que não
393 falou parto, falou sobre contrato e a presidente Maria Cecília justificou por conta dos termos de
394 referência da UPA. A secretária Nádia Meirelles afirmou não ter entendido sobre o que teria a ver
395 entre parto e a UPA afirmando ser impossível se não tiver porta de entrada na UPA, não significa
396 que não vai ter realização de parto, que obviamente nascerá paciente aqui em Guaratinguetá e
397 explicou que humanização é ter uma porta aberta da maternidade direto na maternidade, garantindo
398 que isso é o certo e afirmou que se não tiver na UPA uma porta para a maternidade, podem ter certeza
399 que vai ter outra, sendo óbvio e complementou questionando como que vai entrar a gestante dentro do
400 hospital, perguntando se estão achando que vai mandar a gestante para Taubaté, para Ubatuba,
401 Lorena. Afirmou que Lorena não aguenta atender mais parto do que já atende para a região inteira,
402 pois Guaratinguetá se negou a atender parto aqui para Aparecida, Potim, Cunha, Roseira, que seria o
403 natural, sendo que a PPI estabeleceu que Guaratinguetá seria a referência para isso, e a gestão negou
404 a ser referência e teve que o Estado pedir, pelo amor de Deus, para Lorena atender, e Lorena atende,
405 sendo que o povo sai lá de Roseira, pula todo esse caminho para ir lá em Lorena fazer parto e alegou
406 que não está entrando nesse método. Novamente perguntou se acham que vai pegar o povo de
407 Guaratinguetá e mandar para outro lugar, sendo que não concorda nem dos outros para ir para
408 Lorena. Garantiu que se por acaso não tiver a porta na UPA, vai ter a porta em algum lugar,
409 afirmando que medidas técnicas e legais são possíveis e o que não pode é pagar doze mil reais em um
410 parto SUS e afirmou que precisa negociar e esperar a Santa casa dizer como que vai fazer, porém
411 ainda não teve resposta a não ser que estão em tratativas com a mesa provedora, novamente
412 questionando como que vem para a reunião do COMUS informar, sendo que não tem nenhuma
413 reunião do conselho sem informes do gestor, relacionado a exatamente tudo que é feito, sendo
414 impossível adiantar uma negociação que é do parceiro que tem que ter um trâmite técnico, legal e
415 administrativo. Expôs que a Santa Casa não retornou ainda a planilha e que foi trabalhossíssima a
416 subsecretária Caroline Sbrana analisar o custo de item por item de tudo que a Santa Casa presta,
417 voltando a perguntar que se já imaginaram se tivesse que mandar a esse conselho, perguntando o que
418 seria feito, por não ser fácil fazer isso e nem é papel do COMUS. Novamente afirmou e garantiu que
419 está assegurada a obstetrícia em Guaratinguetá e que as mulheres gestantes de Guaratinguetá serão
420 muito bem atendidas, pois afirmou que vai melhorar muito a gestação no município. Colocou que

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE
Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290,
E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 82ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

participou da reunião do Comitê de Mortalidade ontem e ficou assustada com a morte materna que tivemos em Guaratinguetá e que não entraria no mérito por não poder discutir sobre e afirmou que não quer mais nenhuma morte materna do jeito que teve em nosso município e para isso vai lutar junto com o Comitê de Mortalidade Materna que já fez propostas maravilhosas para melhorar a questão do parto e garantiu que vai continuar melhorando. Com a palavra o conselheiro Dr. Marcus Vinicius complementou que é isso que os conselheiros querem ouvir na verdade, a senhora sentar na reunião do COMUS e dizer estamos negociando com a Santa Casa o problema relacionado à maternidade e ponto. Deixou que não é transferir para o COMUS à parte técnica, que realmente não temos essa pontuação para fazer, mas essa informação deixaria a gente muito mais seguro, relatando que viu e participou dentro por ser profissional, de maternidades que fecharam da noite para o dia, inclusive, a senhora sabe Aparecida foi da noite para o dia, contando que tinha um movimento enorme. Com a palavra a secretária Nádia Meirelles colocou que estava no Estado e teve que negociar com Lorena para isso não acontecer e afirmou que não tem essa irresponsabilidade. Com a palavra o conselheiro Marcus Vinicius citou um ditado popular em que “cachorro mordido por cobra tem medo de linguixa”, afirmando que ficam sempre naquela ansiedade, porém a senhora expondo, enfaticamente, que o conselho pode ficar tranquilo, que isso não acontecerá de forma alguma, seria ótimo e bateríamos palmas se está tudo tranquilo. Contou que também faz parte do Comitê de Mortalidade e que na última reunião realmente a pontuação em relação à mortalidade materna está extremamente complicada e quando foi instituir o alto risco da última vez, anos atrás, chegou a uma taxa zero de mortalidade materna, portanto, realmente tem um trabalho grande aí. Com a palavra a secretária Nádia Meirelles afirmou que mortalidade materna zero é obrigação e colocou que isso é o que a gestão quer. Acrescentou que tem coisas que não fala porque pensa que é óbvio e às vezes, não é. Expos que ontem na reunião, ninguém apontou isso porque ia discutir hoje então, deixou que para ela é tão óbvio, e pediu desculpas, que jamais o prefeito, embora ele fale assim: “a Nádia é minha parceira, eu gosto dela”, se ela deixar de nascer gente aqui em Guaratinguetá, o prefeito manda embora e ele tem que mandar, porque não é possível alguém fazer uma coisa dessas e concluiu pedindo então para que fiquem tranquilos que isso não vai acontecer. Com a palavra o conselheiro Luiz Leonel expressou seu orgulho por estar fazendo parte do COMUS e fez três apontamentos que na gestão em si é ônus e bônus, talvez mais ônus do que bônus, mas tem muita gente que não gosta do ônus, gosta do tapinha nas costas, de elogio, alegando estar falando no geral e teve como segundo apontamento onde alega que o prefeito falou que na frente vão olhar e dar razão a ele, afirmando que também pode ser o contrário. Colocou que tem os dois caminhos e está rezando para que realmente seja tudo isso mesmo, pois o povo quer que a UPA continue com a qualidade que tem, até melhorar e colocou como terceiro questionamento quando se fala de contrato será que pensamos como cidadão, pois nós quem vamos usar todo esse sistema, e ao falar em contrato se fala do no departamento jurídico da prefeitura, da Santa Casa e do Legislativo, porque eles têm conhecimento de lei e perguntou se em cima do departamento jurídico da prefeitura, são comissionados, pessoas ali que já concursaram nesse departamento jurídico da prefeitura. Com a palavra o prefeito Júnior Felippo explicou que no processo que relatou que tinha parecer contrário, por não ter dotação orçamentária, isso foi feito por procurador do município, concursado, funcionário de carreira e não era de cargo comissionado e a análise geral foi feita pelo secretário da administração e pelo secretário de justiça advogados capazes, competentes, e que conseguiram, então, levantar todas essas falhas que geram a insegurança jurídica. Com a palavra



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.

E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 82ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

o conselheiro Luis Leonel questionou porque esse próprio departamento jurídico, não viu tudo isso lá atrás, para poder evitar tudo isso que está acontecendo agora. Com a palavra o prefeito Júnior Filippa respondeu que o departamento jurídico viu as falhas deu parecer contrário e mesmo assim a administração ignorou o parecer e fez. Com a palavra o conselheiro Luiz Leonel agradeceu ao prefeito e desejou que faça uma boa gestão para a população. Com a palavra a presidente Maria Cecília alegou que na questão contratual, jurídica, que realmente foge do conhecimento do Conselho como um todo, formado pela sociedade civil, não existia a possibilidade do jurídico da prefeitura, junto com o Tribunal de Contas, fazer esses acertos, afirmando não saber se se é a palavra certa, esses apontamentos, para não ser necessário, visto que a população também fica receosa quando a gente fala em contrato emergencial, pelo fato de que tudo que é emergência remete a problemas, explicando que se vai ser emergencial, vai ser uma coisa meio corrida, para só apagar o incêndio, ao invés de fazer todo o processo licitatório, que é o que acha que o senhor prefeito foi eleito para isso, se está errado, se é caro, vamos fazer outra licitação. Com a palavra o prefeito Júnior Filippa afirmou ser crime e que da cadeia e colocou que o achismo é complicado, que não existe a possibilidade de dar um “jeitinho”, afirmando não ter como fazer dentro dos apontamentos que não são reconhecidos, alegando que um termo de referência que nasceu tudo, não tem assinatura, é apócrifo. Acrescentou que assinar agora se torna crime, tinha que ter dotação orçamentária para fazer, não fez, teria que ter parecer do jurídico de carreira e disseram, não pode abrir e abriam, perguntou como é que vai reverter isso, tem que enviar para o Tribunal de Contas para ser analisado, não mandaram, três anos, renovado duas vezes o contrato. E perguntou como é que corrige um negócio desse e o mesmo respondeu que não tem jeito. Acrescentou que quanto à questão do contrato emergencial, é um serviço contínuo, não pode parar exemplificando que se amanhã a coleta de lixo parar na cidade, por exemplo, o que pode acontecer deixando que vai falar para cada um dos municípios e dizer o seguinte, quebra o galho do prefeito, guarda o lixinho dentro de casa, que daqui três, quatro, cinco meses eu consigo licitar, aí tem uma nova empresa, como é que faz se é emergencial garantindo não ter jeito e afirmou que o serviço de uma unidade de pronto atendimento é emergencial e não dá para parar. Expos que tentaram negociar e isso estão registradas em documentos, chegando a um determinado momento, foi interrompido o processo de conversação contando que não nos restava outro momento a preparar uma nova licitação e em seguida vem todas essas aberrações da insegurança jurídica. Garantiu que não tem tempo hábil sendo que o contrato acaba dia trinta de setembro, tem que ser um processo emergencial e isso não significa que não tem um processo licitatório, tanto é que as empresas estão fornecendo dados e valores do que a gente quer contratar, deixou que foi encaminhado para nove empresas e explicou que o que vem a ato seguinte disso, pois quando se gera um processo licitatório desse de contratação emergencial, paralelamente a isso, vai encaminhar uma lei para a Câmara Municipal, para ter um regramento no município, para habilitar empresas para serem consideradas organizações sociais no município, esse é o processo. E falou que automaticamente vai abrir uma licitação para a contratação de uma organização social, feita essa licitação e contratada a empresa, interrompe-se o contrato emergencial e a empresa vencedora da licitação segue viagem para um contrato de um ano, renovável por iguais períodos até cinco anos, que é o que a lei permite, afirmando que não tem outro caminho e expressou estar muito seguro desse processo e toda questão jurídica, dizendo que tem tranquilidade em relação a isso. Deixou que questionamentos, barulhos, isso acaba acontecendo mesmo, porém dar um “jeitinho” considera muito pior do que eventualmente um contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.

E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br

Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 82ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

emergencial. Com a palavra a presidente Maria Cecília argumentou que se entende que é tão perigoso assim, o contrato ele já teria que ter sido rompido. Com a palavra o prefeito Júnior Filippo respondeu que está errado, pois colocaria quem para atender se suspender todo mundo e perguntou se a presidente iria atender sendo que fisioterapia somente não resolve, e colocou que essa é a dificuldade quando diz que entende, mas não é assim que age, se você entende o açougueiro entende, o fisioterapeuta entende e cada um entende sem conhecimento de causa e garantiu que esse é o grande problema, portanto dar “pitaco”, todo mundo tem direito de dar, mas a solução quem tem que encontrar é a administração, que tem como um dos princípios basilares a legalidade. Expos que são leis são princípios que norteiam o direito administrativo, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isso que a gente tem que estar sempre preocupado com isso. Aproveitou e mencionou sobre o índice de mortalidade que tem, e perguntou por que essa preocupação o conselho não teve antes entre tantos outros indicadores na saúde que aconteceram nesses últimos anos, que foi um caos e perguntou por que o Conselho não fez um movimento tão grande como está fazendo agora, para ampliar a atenção primária antes e alegou que esse assunto é palpitante, caloroso, porém esse é um momento de reflexão para todos e deixou que estão entrando num momento, talvez, de divisor de águas na relação com os municípios, uma relação mais participativa, de mais diálogo, franco, aberto e honesto e deixou sua opinião que acha que inaugura uma fase nova com o Conselho e ressaltou que é importante dizer que não dá para ficar só no achismo sem nenhuma fundamentação e sem conhecimento. Com a palavra a presidente Maria Cecília perguntou que diante ao contrato da UPA nível três, sabemos que vai reduzir o serviço. Com a palavra a secretária Nádia Meirelles deixou que o precisa pensar é na garantia do atendimento de urgência e emergência, a segurança do paciente que está dentro da portaria, orientado para que todos acessem para ver o que o Ministério da Saúde determina que é uma UPA nível três e garantiu que salvaguardar a vida das pessoas é de total responsabilidade da gestão. Com a palavra o conselheiro Anderson Barbosa desejou bom dia e alegou que como membro do COMUS, a população, de alguma forma, os aborda, fazendo alguns questionamentos, e na qual sempre coloca para a doutora Nádia, tem ansio em fazer um curso, entender como o conselheiro deve realmente agir, mas uma das perguntas que provavelmente vai receber diante dessa reunião, se o prefeito tentou renovar e fazer um acordo com a Santa Casa, toda essa questão que foi analisada e errada foi vista depois desse acordo ou desde o início o senhor já viu essa questão. Porque eles questionam, tentou renovar e abaixar o preço, mas ia continuar da forma errada as coisas que estão, se abaixasse o preço. Então, essa é uma questão que eles questionam, é importante para que tenha o conhecimento para responder. Com a palavra o prefeito Júnior Filippo respondeu que já tinha dito isso logo no começo, e voltou a reafirmar que no primeiro momento de governo, a gestão pegou uma situação muito delicada, a sensação é uma casa que passou um furacão e deixou tudo de perna para o ar, e que estão arrumando a casa, portanto, contou que logo no começo a preocupação inicial era tem um contrato, hoje entre a Prefeitura e a Santa Casa de gestão da UPA, esse contrato tem um valor bastante significativo, fora do padrão da normalidade, e que então, precisa estudar a possibilidade de diminuição, garantindo que essa foi a primeira motivação e que não tinha dado tempo de mergulhar em processos licitatórios de todos os contratos da prefeitura e contou que o ato seguinte disso, vem um ofício do Tribunal de Contas, pedindo que enviasse todo o processo de contratação da Santa Casa, tendo em vista que não foi encaminhado á época e isso acendeu uma luz vermelha questionando se realmente que não enviaram para o tribunal e a confirmação é que não foi

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE
Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.
E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 82ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

547 enviado. Contou que desde então passaram a dar uma olhada nesse processo, porque até então
548 estavam apenas olhando o contrato, e não o processo que gerou o contrato e aí as coisas foram
549 acontecendo aquilo que num primeiro momento motivou, que era a questão financeira do contrato,
550 começou a ficar menos preocupante, tendo em vista o volume de irregularidades no contrato, dessa
551 insegurança do contrato, e voltou a dizer, num primeiro momento o que motivou foi o valor e que não
552 viram o processo, pois estavam focados no contrato, sendo que o processo, entendiam que está sendo
553 avaliado pelo tribunal, justificando que são centenas de contratos e se for analisar o processo de
554 contratação de cada um, você vai parar o município, vai parar a cidade, a cidade não anda e quando
555 chega um pedido do tribunal, dizendo, encaminhe todo o processo, esse pedido veio da polícia, porque
556 tem um inquérito policial que significa que alguém em algum momento enxergou um possível crime,
557 não estou dizendo que tem, mas é um inquérito policial que é para apurar crime, onde atentou a gestão
558 que então debruçou sobre a contratação e foi tomando um susto com as coisas que foram sendo
559 encontradas, gerando a insegurança jurídica que era tão grande que nem que se avançasse na questão
560 do valor daria para renovar. Acrescentou que se eventualmente aquilo que tinha sido conversado lá
561 atrás, com a Santa Casa, para diminuir dois milhões e se conseguisse chegar a esse acordo, não seria
562 possível renovar por essas inconsistências no processo, por essa insegurança jurídica e pode perguntar
563 ao prefeito, mas qual é o problema dessa renovação que responderá que a partir do momento que
564 renova um contrato com todos esses vícios que existem no processo, o mesmo está sendo o partícipe
565 disso e amanhã ou depois estará respondendo por um troço que não foi o responsável e voltou a dizer,
566 em nada tem a ver a Santa Casa que tem um contrato com a administração e elucidou que o processo
567 feito pela administração que na ótica dessa gestão é um caos, uma insegurança jurídica muito grande.
568 Com a palavra a presidente Maria Cecília abriu para mais colocações e o vereador Nei Carteiro pediu
569 par a ter direito a fala e foi informado que pelo regimento interno somente os conselheiros teriam
570 direito a fala onde o mesmo poderia portar a questão. Com a palavra o conselheiro Luiz Leonel
571 reportou a pergunta do vereador Nei Carteiro que diz pelo fato da Santa Casa ser uma entidade
572 filantrópica tem prioridade e devido também a ser organização social, se for contratar ou não, não
573 teria que ter passado pela Câmara Municipal. Com a palavra o prefeito Júnior Filippa respondeu a
574 primeira pergunta referente à filantropia da Santa Casa por ser interessante e precisa deixar claro
575 quando a legislação diz que as entidades filantrópicas têm prioridades, prioridades nos serviços
576 prestados pelo SUS, com tabela SUS e citou como exemplo quer contratar ultrassonografia e pela
577 tabela SUS custa X e tem várias propostas e a proposta de uma filantrópica está empatada com uma
578 empresa privada, o critério vale a prioridade para filantrópica que absolutamente nada tem a ver com
579 um contrato de gestão de uma unidade de pronto atendimento dizendo que isso é outra coisa que às
580 vezes mistura um pouco na cabeça das pessoas e explicou que se fosse desse jeito, se há de convir
581 comigo, que não haveria necessidade de fazer licitação e todo serviço público de saúde, contrata a
582 Santa Casa ou o Frei Galvão que também é filantrópico ou qualquer outra, portanto, quando a
583 legislação diz que prioritariamente para a entidade filantrópica não significa obrigatoriamente, é
584 prioritário e explanou que o prioritário entra quando tem alguma coisa parada e estão os preços muito
585 próximos um do outro, podendo priorizar em atendimento, até porque você não sabe se essa entidade
586 filantrópica tem toda a documentação habilitatória, se ela está regularizada com suas documentações.
587 Agradeceu a pergunta, porque deixa claro, prioridade não significa obrigatoriedade, prioridade é
588 apenas naqueles procedimentos que tem tabela SUS. Argumentou que vai contratar serviço pela tabela

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.
E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 82ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

SUS, gestão de uma unidade de pronto atendimento não está na tabela SUS é um serviço de gestão prestado para o município. Complementou que o município de Guaratinguetá já tem uma legislação aprovada no governo passado que autoriza a fazer a contratação de OS e deixou que quando disse que quer mandar para a Câmara, é que essa legislação nós entendemos que precisa ser melhorada e precisa ter um critério mais rigoroso para habilitar as O.S., sendo que as pessoas, às vezes, elas têm ideias equivocadas de O.S. que para saúde é um pouquinho diferente sendo que não é uma empresa que é uma organização social, é uma empresa que passa por um critério de avaliação para receber o título do município de organização social, portanto, pode acontecer, por exemplo, da Santa Casa de Guaratinguetá ter aqui o título de O.S., mas não ter em Aparecida, Cruzeiro e complementou que depende do crivo da administração estabilizada por lei para dizer o que quer que a empresa tenha de pré-requisitos para ser reconhecida organização social, para prestação de serviço da saúde. Deixou que tem uma legislação, mas entende que precisa melhorar para quando for fazer o processo de habilitação das empresas para serem certificadas como organização social, tenha a condição de habilitar empresas melhor qualificadas e esse processo de qualificação é fundamental de extrema importância pelo fato de quanto mais rigoroso for esse processo, elimina empresas que não são tão boas assim e acaba deixando um rol de empresas melhores qualificadas para que no processo de contratação tenha certeza de que aquela que for contratada ela está mais habilitada para ser um bom serviço para Guaratinguetá. Aproveitou para mais uma vez agradecer essa oportunidade que é sempre muito bom estar conversando assim de forma franca, aberta, transparente, achando que isso é fundamental, sendo que é o que pede sempre as pessoas que tenta entender um pouquinho também, coloque-se do lado de cada mesa e seja empata caso você fosse prefeito, com todos esses apontamentos, você ia colocar o seu CPF no jogo, você ia assinar um contrato desse e ficar tranquilo com isso, complementando que as pressões são imensas, mas tem que ter muita responsabilidade, muito equilíbrio nessa hora, pois tem recebido críticas pesadas, ao ver as redes sociais acaba sendo um show de horrores, e garantiu que isso faz parte, as pessoas estão desinformadas, as pessoas não sabem o que está acontecendo e o tempo vai mostrando. Pediu para que os conselheiros fiquem tranquilos, pois estão trabalhando com muito afinco, a responsabilidade é imensa, a paixão à saúde que a Nádia e a equipe dela tem é imensa, e pediu para que não tenham dúvidas que eles estão debruçando muito nisso. Cumprimentou publicamente toda equipe da secretaria de saúde, pois sabe que estão se dedicando e dando tudo de si para fazer o melhor possível e garantiu que vão conseguir avançar pelo fato da paixão em servir fazer a diferença. Contou que em conversa com a secretária de saúde ela disse um ditado que tudo que é ruim de passar, será bom de contar e lá na frente irão falar que valeu a pena todo esse esforço e deixou que acredita muito nessa conversação com a Santa Casa e expressou novamente seu respeito e apreço por essa instituição que tem uma história linda de dedicação e trabalho com o objetivo de melhor atender as pessoas que mais precisam, que é também o nosso objetivo, mas nós efetivamente temos esse desafio e nós vamos superar esse desafio. Agradeceu pelo acolhimento do COMUS e garantiu que vai avançar e que as discussões fazem parte, visto que tudo tem um único objetivo que é de poder avançar, melhorar principalmente levar saúde para os que mais precisam, sendo que a dor do rico e a dor do pobre são iguais, só que o pobre não tem onde recorrer e vai procurar o serviço público que é seu maior patrimônio, um serviço público de qualidade e essa gestão está obrigada a fazer isso e estão buscando de forma incansável afirmando que vão avançar. Com a palavra a presidente Maria Cecília abriu para mais colocações e questionamentos dos

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE
Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.
E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 82ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

conselheiros e não havendo nada mais a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião ordinária às onze horas e vinte e dois minutos, lavrando-se a presente ATA que vai assinada por mim Maira Regiane de Almeida que secretariei pelos demais membros.



631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672

Folha de Presença

Dia: 25/09/2025

Reunião Nº 423º de Caráter: Ordinária

SEGMENTO GOVERNO E PRESTADORES

Representante do Governo Municipal

Titular: Nádia Maria Magalhães Meireles	Suplente: Ana Caroline Sbrana dos Santos
Assinatura: <i>Nádia Maria Magalhães Meireles</i>	Assinatura:

Secretaria Municipal da Saúde

Titular: Renata Guimarães Esquilace	Suplente: José Eduardo Barbosa Marques Júnior
Assinatura: <i>Renata Guimarães Esquilace</i>	Assinatura: <i>José Eduardo Barbosa Marques Júnior</i>

Residência Terapêutica

Titular: Alba Valéria Cortez Alves de Oliveira	Suplente: Anderson Barbosa Marcondes
Assinatura:	Assinatura: <i>Anderson Barbosa Marcondes</i>

Santa Casa de Misericórdia de Guaratinguetá

Titular: André Barros Monteiro Júnior	Suplente: Nicolas de O. Taumaturgo Pereira
Assinatura:	Assinatura: <i>André Barros Monteiro Júnior</i>

Grupo da Fraternidade Irmão Altino

Titular: Fernanda Figueiredo Faria Muriano	Suplente: Maria Rosa dos Santos
Assinatura: <i>Fernanda Figueiredo Faria Muriano</i>	Assinatura:

SEGMENTO TRABALHADOR DA SAÚDE

Representantes dos Trabalhadores na Área da Saúde

Titular: Daniela Cristina Baptista	Suplente:
Assinatura: <i>Daniela Cristina Baptista</i>	Assinatura:

Conselho Regional de Medicina – Regional de Guaratinguetá

Titular: Marcus Vinicius Regis Ramos	Suplente: Zélio de Souza Ramos
Assinatura: <i>Marcus Vinicius Regis Ramos</i>	Assinatura:

Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas – Regional de Guaratinguetá

Titular: Maria Elizabeth Ramos Martins	Suplente: José Geraldo Cardoso Júnior
Assinatura:	Assinatura:

Conselho Regional de Enfermagem - COREN

Titular: Cristiane Reggiani da Silva	Suplente: Natali Sant'ana Vilas Boas Pètri
Assinatura: <i>Cristiane Reggiani da Silva</i>	Assinatura:

Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - Crefito

Titular: Maria Cecília Moreira Torres	Suplente: André Solon de Carvalho
Assinatura: <i>Maria Cecília Moreira Torres</i>	Assinatura:

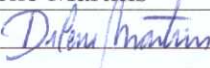
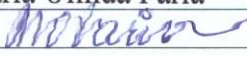
Folha de Presença

Dia: 25/09/2025

Reunião Nº423º de Caráter: Ordinária

SEGMENTO DE USUÁRIOS

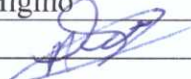
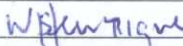
Pastoral da Saúde

Titular: Dilene Martins	Suplente: Maria Olinda Faria
Assinatura: 	Assinatura: 

Conselho Gestor Local

Titular: Iracema da Silva	Suplente: Luiz Leonel Alves Júnior
Assinatura: 	Assinatura:

Associações de Amigos de Bairros

Titular: Sidnei Higino	Suplente: Wagner da Silva Henrique
Assinatura: 	Assinatura: 

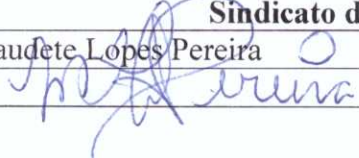
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

Titular: Maria Lúcia de Oliveira	Suplente: Myriam Gratie Mathias
Assinatura:	Assinatura:

Ordem dos Advogados do Brasil – Regional de Guaratinguetá

Titular: Alexandre Augusto Rocha da Costa	Suplente: Fabiana Marongio Pires e Barros
Assinatura: 	Assinatura:

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Maria Claudete Lopes Pereira	Suplente: Vanderléia de Paula e Silva Ribeiro
Assinatura: 	Assinatura:

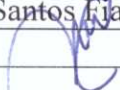
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação

Titular: Zenildo Alexandre	Suplente: Adeildo Antônio dos Santos
Assinatura:	Assinatura:

Sindicato dos Empregados do Comercio - SEC

Titular: Paulo Jefferson Alves	Suplente: Lucimara Aparecida Oliveira Ribeiro
Assinatura:	Assinatura:

Representantes da Associação Comercial e Empresarial de Guaratinguetá

Titular: Beatriz dos Santos Fialho Bonini	Suplente: Maria Tereza Coelho Sampaio Reis
Assinatura: 	Assinatura:

Conselho Regional de Contabilidade

Titular: José Luiz Nunes	Suplente: Joaquim Aparecido Pontes
Assinatura:	Assinatura: